PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO - COGEEAE
FACULDADE DE DIREITO
DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Felipe Góis Hengler Lopes

AÇÃO RESCISÓRIA: PRAZO DECADENCIAL

SÃO PAULO
2017

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO - COGEAE
FACULDADE DE DIREITO
DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Felipe Góis Hengler Lopes

AÇÃO RESCISÓRIA: PRAZO DECADENCIAL

Monografia Jurídica apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de especialista em Direito Processual Civil, sob orientação da Professora Doutora Rita Dias Nolasco.

São Paulo – SP
Março de 2017

Banca Examinadora

Dedico esse trabalho a minha mulher Alice, por todo apoio, carinho, amor e paciência; aos meus pais Odair e Carminha por todos os ensinamentos e cuidado e aos meus irmãos Leonardo e Larissa por toda a lealdade e afeto.

RESUMO

A ação rescisória, por sua singularidade e caráter excepcional, bem como em decorrência das interpretações da legislação, é recorrente tema de discussões entre juristas e operadores do direito, fundamentalmente pelos profissionais dedicados ao Processo Civil.

Tais discussões transcorrem das suas hipóteses de cabimento aos seus requisitos, bem como acerca de seu prazo decadencial, cujo termo inicial gera grandes polêmicas e discussões.

O presente trabalho visa aprofundar a análise do prazo decadencial e seu termo inicial, frente as discussões e divergências de posicionamentos doutrinários e jurisprudenciais, sob a égide do revogado Código de Processo Civil de 1973, bem como após a vigência do atual Código de Processo Civil de 2015.

Veremos a discussão entre os tribunais acerca do termo inicial para contagem do prazo decadencial no revogado Código de Processo Civil de 1973, bem como da proposta de solução da divergência por meio da redação do atual Código de Processo Civil de 2015.

Palavras chave: ação rescisória, prazo decadencial, termo inicial.

ABSTRACT

The rescissory action, for its uniqueness and exceptional nature, as well as a result of the different interpretations of the law, is a recurring theme of debate between legal experts and legal practitioners, even more the ones dedicated to the civil procedural law.

Such debates arise from its hypotheses of applicability, in special the lapsing of the right of action, which initial term is responsible for controversies and discussions.

This monography has the objective to analyze the expiring deadline and its initial term, showing the position deviations, legal doctrine and jurisprudence, considering the Code of Civil Procedure from 1973 and the New Civil Procedure Code from 2015.

The debates among the superiors courts from Brazil analyzing the subject will be shown and described, as well as the proposal for a solution stipulated in the New Civil Procedure Code from 2015.

Key words: rescissory action; expiring deadline; initial term; decadence; right of action.

SUMÁRIO

Introdução	8
1. Ação Rescisória	9
1.1. Breve contexto histórico	10
1.2. Conceito e natureza jurídica	11
1.3. Objeto	13
2. Prazo decadencial	16
2.1. Prazo decadencial: termo inicial – artigo 495 do revogado Código de Processo Civil de 1973	17
2.2. Da divergência doutrinária e jurisprudencial	17
2.3. Divergência do termo inicial – capítulos da “sentença”	24
3. Do novo Código de Processo Civil de 2015	30
3.1. Prazo decadencial: termo inicial – artigo 975 do Código de Processo Civil de 2015	31
3.2. Prazo decadencial: termo inicial em caso de recurso intempestivo ou deserto	33
3.3. Prazo decadencial: termo inicial – capítulos da sentença	35
3.4. Termos iniciais diferenciados	38
4. Considerações Finais	40

5.	Bibliografia	42
6.	Jurisprudência	45

INTRODUÇÃO

Quando se discute acerca de um tema bastante polêmico, qual seja o termo inicial do prazo decadencial da ação rescisória, percebe-se rapidamente a existência de divergência que circunda o tema, principalmente, em virtude da redação contida no artigo 495 do Código de Processo Civil de 1973.

O presente tema coloca em confronto conceitos acerca do trânsito em julgado, coisa julgada e segurança jurídica, bem com regras de competência dos Tribunais.

Ao longo do tempo de vigência do Código de Processo Civil de 1973 pode-se observar a divergência de entendimento entre os Tribunais acerca do termo inicial do prazo decadencial da ação rescisória.

Entendimentos estes que foram construídos a partir de premissas basilares do sistema processual civil brasileiro, cuja discussão engloba, inclusive, a competência da matéria.

O Superior Tribunal de Justiça firmou um entendimento acerca do tema pautado, obviamente, na legislação infraconstitucional.

Porém, o Supremo Tribunal Federal, sob o viés constitucional diverge do posicionamento do Superior Tribunal de Justiça, gerando grandes debates teóricos e práticos acerca do prazo decadencial da ação rescisória.

O novo Código de Processo Civil trata do prazo da ação rescisória em seu artigo 975, cuja redação foi alterada em relação a redação contida no artigo 495 do revogado Código de Processo Civil de 1973, com fito de diminuir a divergência e em prestígio a um dos entendimentos firmados, com algumas adaptações e alternâncias.

Ademais, o novo Código de Processo Civil também regula o prazo decadencial da ação rescisória com maior amplitude em relação ao código anterior, visando melhor adequação para determinados casos específicos.

Por fim, o presente estudo busca concluir se as alterações introduzidas pela lei 13.105/2015 conseguirão resolver a divergência e pacificar o entendimento acerca do tema. É o que veremos na sequência.

CAPÍTULO 1 – AÇÃO RESCISÓRIA

1.1. Breve contexto histórico; 1.2. Conceito e natureza jurídica; 1.3. Objeto.

1.1. Breve contexto histórico

No direito processual civil romano, em seus primórdios, não havia mecanismos processuais recursais com fito de questionar as decisões judiciais, ou seja, não havia procedimentos recursais aptos a impugnar as decisões proferidas. Isto porque, neste período entendia-se que a sentença considerada nula era uma sentença inexistente, razão pela qual não se via a necessidade da existência de sistema próprio para reconhecer o vício da sentença, ela era simplesmente considerada como nula¹.

O recurso de apelação, posteriormente, foi inserido no ordenamento jurídico romano, ante a diversas reformas ocorridas no sistema judiciário no governo do primeiro imperador romano, Otávio Augusto. No entanto, o referido instituto tinha como finalidade a impugnação de sentenças tidas como injustas tão somente, não havendo previsão de impugnação de decisões com vícios processuais².

Com a evolução do direito romano, instituto mais assemelhado, de onde se extrai grande contribuição do direito romano em relação a ação rescisória tem-se a *restitutio in integrum*, que inicialmente era uma ferramenta de rescisão de contratos com a existência de vício de consentimento, e passou a ser utilizada como ferramenta para desconstituir sentenças injustas, visando evitar a perpetração da “injustiça”. Por meio de tal ferramenta desenvolviam-se dois Juízos; inicialmente apreciava-se o pedido de rescisão da sentença, chamada de *iudicium rescindens* e, posteriormente, em caso de procedência da primeira análise, havia a apreciação do direito discutido na sentença objeto da rescisão, *iudicium rescissorium*, ou seja, proferia-se nova decisão³.

No entanto, foi no direito intermédio que se deu a criação da figura da *querela nulitatis*, com fito de objetar-se a sentenças em que houvessem *errores in procedendo*. Instituto esse inserido no direito italiano. O referido instituto possuía duas espécies de subclassificação, consistente na *querela nulitatis sanabilis*, cuja utilização era destinada

¹ MIRANDA, Pontes de. *Tratado da ação rescisória das sentenças e de outras decisões*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1976. p. 92.

² TUCCI, José Rogério Cruz e; AZEVEDO, Luiz Carlos de. *Lições de história do processo civil romano*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1996. P. 163.

³ MOREIRA, José Carlos Barbosa. *Comentários ao Código de Processo Civil*. 13ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006. p. 103.

a correção de defeitos brandos e a *querela nullitatis insanabilis*, destinada aos defeitos mais graves. Entretanto, de modo geral na Europa, os ordenamentos jurídicos acabaram por tirar a figura da *querela nullitatis insanabilis*, pelo entendimento de que os *errores in procedendo* seriam objeto de análise recursal⁴.

Já no direito português que, por óbvio, influenciou o direito brasileiro, a *querela nullitatis insanabilis* continuou a ser utilizada como meio de ferramenta de revisão de sentenças com defeitos graves quanto a *errores in procedendo*. Tendo, inclusive, se afirmado no âmbito legislativo, que a sentença tida como nula seria considerada, inclusive, impossível de obter a chancela de coisa julgada.

O direito brasileiro não chegou a tanto, mas desde os primórdios se entendeu pelo trânsito em julgado de sentença nula, até que houvesse a sua desconstituição. Admitindo-se desde o início o ajuizamento de ação rescisória para as sentenças que possuíssem *errores in procedendo*.

No Código de Processo Civil de 1939, a ação rescisória estava prevista nos artigos 798 a 801, porém o referido instituto não possuía a melhor conotação, pois da forma como previsto, possuía defeito ao atribuir à ação rescisória casos de nulidade de sentença. Confusão essa que foi sanada com a entrada em vigor do Código de Processo Civil de 1973, o qual praticamente não sofreu alteração durante seu período de vigência em relação à ação rescisória, por ser superior tecnicamente falando ao texto de 1939, mas que ainda assim gerava dúvidas interpretativas que se espera que sejam sanadas com a nova redação do atual Código de Processo Civil de 2015.

1.2. Conceito e natureza jurídica

De acordo com a doutrina, a ação rescisória é ferramenta processual com fito de impugnar decisões de mérito proferidas com defeitos graves, acobertadas pelo manto da coisa julgada, salvo no caso de documento novo.

Não se confunde com os recursos pois não é uma extensão do direito de ação. Em verdade a ação rescisória estabelece uma relação jurídica processual nova, distinta

⁴ MACEDO, Alexander dos Santos. *Da querela nullitatis*: sua subsistência no direito brasileiro. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1998. p. 49-50.

da ação que originou o processo em que foi proferida a decisão objeto da pretensão de rescisão.

Portanto, trata-se de meio pelo qual é possível impugnar decisões de mérito após essas terem transitado em julgado, estando acobertadas pela coisa julgada material.

Conforme leciona Pontes de Miranda, na “ação rescisória há julgamento de julgamento. É, pois, processo sobre outro processo”⁵

A ação rescisória tem por objeto desconstituir, cindir, romper, rescindir a sentença devido ato viciado ou defeituoso. Nas palavras de Amaral Santos “a ação pela qual se pede a declaração de nulidade da sentença”⁶

Logo, não há mais dúvida que a ação rescisória “é ação tendente à sentença constitutiva”⁷.

A ação rescisória trata-se de medida excepcional possível tão somente nos casos do rol taxativo do artigo 966 do Código de Processo Civil 2015⁸. Isto porque a regra é a manutenção da coisa julgada em busca da segurança jurídica, sendo possível a desconstituição da sentença tão somente nos casos expressamente previstos em lei.

Neste sentido leciona Tércio Sampaio Ferraz Jr.:

ação rescisória há de ser considerada uma exceção à coisa julgada. Como exceção, ela não tem existência autônoma, mas dependente do instituto que excepciona. Assim, se a coisa julgada ter a ver com o direito fundamental à segurança, a ação rescisória há de ser entendida como uma fórmula processual capaz de garantir a mesma segurança onde a coisa julgada, tomada extensivamente, pudesse gerar insegurança. Ou seja, a ação rescisória é uma exceção à coisa julgada, não à segurança. Ao excepcionar a coisa julgada, ela não pode gerar insegurança, somente pode ser introduzida em nome da segurança. Por isso, sua excepcionalidade lhe confere interpretação restritiva, circunscrita a casos taxativos, e seu conhecimento não pode tomar o sentido de regra.⁹

⁵ PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcante. Comentários ao Código de Processo Civil. Rio de Janeiro: Forense, 1974. t. 3. p. 103.

⁶ AMARAL SANTOS, Moacyr. Primeiras linhas de direito processual civil. 4ª ed. São Paulo: Max Limonad, v III, 1973. p. 446

⁷ VIDIGAL, Luís Eulálio de Bueno. Comentários ao Código de Processo Civil. São Paulo: RT, 1974. v. VI. p. 39.

⁸ Artigo 485 do revogado Código de Processo Civil de 1973.

⁹ FERRAZ JR., Tércio Sampaio. Direito constitucional. Barueri: Manole, 2007. p. 138.

Conclui-se que a ação rescisória é o derradeiro instrumento processual para correção existente no sistema judicial, cuja objetividade é a garantia da aplicação correta da lei.

Para admissão do pleito rescisório são necessárias condições específicas que, de forma sucinta, são:

- Decisão de mérito transitada em julgado;
- Invocação de um dos motivos de rescindibilidade do julgado, de acordo com o rol taxativo do artigo 966 do Código de Processo Civil de 2015¹⁰.
- Ajuizamento da ação antes do término do prazo decadencial de dois anos previsto no artigo 975 do Código de Processo Civil de 2015¹¹.

Nas palavras do professor Fabiano Carvalho, “ultrapassado o prazo decadencial de dois anos e não ajuizada a rescisória, ocorre o fenômeno conhecido como “coisa soberanamente julgada”¹².

1.3. Objeto

Como já se disse, a ação rescisória é uma ferramenta processual com fito de impugnar decisões de mérito proferidas com defeitos graves, acobertadas pelo manto da coisa julgada.

Viu-se também que se inicia uma nova relação processual jurídica, em sua grande maioria, com duas pretensões mínimas, com base no artigo 968 do Código de Processo Civil de 2015¹³, quais sejam: à pretensão rescindente e a rescisória.

Tais pretensões são analisadas de forma ordenada em duas fases processuais, por um único julgamento, pautado na economia processual, posto que tanto o pedido rescindente, ou seja, o pedido de rescisão da decisão de mérito impugnada, quanto o

¹⁰ Artigo 485 do revogado Código de Processo Civil de 1973.

¹¹ Artigo 495 do revogado Código de Processo Civil de 1973.

¹² CARVALHO, Fabiano. Ação rescisória: decisões rescindíveis. São Paulo: Saraiva, 2010 (coleção Theotônio Negrão/ coordenação José Roberto F. Gouvêa). p. 23.

¹³ Artigo 488 do revogado Código de Processo Civil de 1973.

pedido rescisório, pedido de rejuízo da matéria julgada da decisão de mérito impugnada serão julgados por único órgão judicial¹⁴.

O juízo rescindente é precedente ao juízo rescisório. Isto porque, o juízo rescisório somente é exercido em caso de procedência do juízo rescindente. Logo, tem-se que o pedido rescindente pode ser prejudicial ao pedido rescisório.

Eventual deficiência quanto aos pedidos da ação rescisória pode ser sanada por meio de emenda ou complemento da inicial, nos termos do artigo 321 do Código de Processo Civil de 2015.

Havendo ausência de pedido rescisório, não observado no momento da propositura da ação, a doutrina e jurisprudência divergem acerca do cabimento do rejuízo da causa em caso de acolhimento do pedido rescindente. Parte dela entende pela impossibilidade de rejuízo, ante a ausência de pedido específico para tal, tendo em vista o disposto no artigo 968, inciso I, do Código de Processo Civil de 2015¹⁵.

No entanto, outra parte da doutrina e da jurisprudência possui entendimento de que o pedido rescisório é uma consequência lógica do pedido rescindente, podendo haver o rejuízo da matéria em caso de procedência do pedido rescindente, ainda que não haja pedido rescisório expresso no bojo da ação rescisória.

O Superior Tribunal de Justiça, já se posicionou em ambos os sentidos, tanto para flexibilizar a possibilidade de rejuízo da causa mesmo sem pedido expresso¹⁶, como também já se posicionou acerca da obrigatoriedade da cumulação dos pedidos, ante a exigência literal da lei, não sendo possível considerar-se implícito tal pedido¹⁷.

¹⁴ MARTINS, Pedro Batista. Recursos e processos da competência originária dos tribunais, Rio de Janeiro: Forense, 1957. p. 79.

¹⁵ Artigo 488, inciso I, do revogado Código de Processo Civil de 1973.

¹⁶ STJ – REsp 1.544/RJ, Relator Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira, redator do acórdão Ministro Athos Gusmão Carneiro, Órgão Julgador: 4ª Turma, publicado no Diário de Justiça em 29/04/1991; REsp 783.516/PB, Relatora Ministra Eliana Calmon, Órgão Julgador: 2ª Turma, data do julgamento: 19/06/2007, publicado no Diário de Justiça em 29/06/2007.

¹⁷ STJ – REsp 386.410/RS, relator Ministro Felix Fischer, Órgão Julgador: 5ª Turma, publicado no Diário de Justiça em 14/06/2004; EDcl no AgRg no REsp 1184763/MG, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Órgão Julgador: 3ª Turma, publicado no Diário de Justiça em 22/05/2014.

Neste sentido, entende-se como acertado o posicionamento jurisprudencial acerca da possibilidade de rejuízo da causa em caso de procedência do pedido de rescisão, quando conclui-se logicamente a necessidade de rejuízo após o acolhimento do pleito rescindente.

A procedência do pedido rescindente por si só autoriza o rejuízo da causa, sendo impossível sua dissociação, conforme se observa pela leitura do artigo 974 do Código de Processo Civil de 2015¹⁸.

O mesmo não ocorre para o caso de defeito no pedido rescindente, não havendo que se falar em pedido implícito. Entretanto, dada a excepcionalidade da ação rescisória, ainda assim não é motivo para a extinção do feito sem resolução do mérito por inépcia da inicial.

A jurisprudência tem, inclusive, admitido a possibilidade de emenda à inicial para correção do pedido rescindente após a contestação, nas hipóteses de alegação de defeito da exordial acerca do pedido, que não foi objeto de apreciação do Juízo no recebimento da petição inicial, por entender que violaria o direito de ação, sendo o artigo 321 do Código de Processo Civil de 2015 uma obrigação do Juízo¹⁹.

Assim, denota-se que o pedido da ação rescisória sempre será de rescindibilidade da decisão de mérito transitada em julgado com a desconstituição da coisa julgada e, eventualmente, o pedido de rejuízo da causa, quando cabível.

¹⁸ Artigo 494 do revogado Código de Processo Civil de 1973.

¹⁹ CARVALHO, Fabiano. Ação rescisória: decisões rescindíveis. São Paulo: Saraiva, 2010 (coleção Theotônio Negrão/ coordenação José Roberto F. Gouvêa). p. 26.

CAPÍTULO 2 – DO PRAZO DECADENCIAL

2.1 Prazo decadencial: termo inicial - Artigo 495 do revogado Código de Processo civil 1973; 2.2. Da divergência doutrinária e jurisprudencial; 2.3.Divergência do termo inicial – capítulos da “sentença”.

2.1 Prazo decadencial – termo inicial – Artigo 495 do revogado Código de Processo Civil de 1973

O prazo decadencial do direito à rescisão, conforme já esposado, encontrava previsão legal no artigo 495 do Código de Processo Civil de 1973, cuja redação dizia “O direito de propor ação rescisória se extingue em 2 (dois) anos, contados do trânsito em julgado da decisão”.

Inicialmente, cumpre salientar a inegável falha do texto, ao passo que o referido artigo traz prazo decadencial como “direito de propor a ação rescisória”. Isso porque, tratando-se de prazo decadencial, temos o prazo do direito material, ou seja, o decurso do prazo não implica na impossibilidade de ajuizamento da ação, mas sim, na perda do direito à rescisão da decisão, logo não se fala em direito a ação, mas ao direito a rescisão em si.

Outra questão redacional criticada é a do artigo 485 do Código de Processo Civil de 1973, posto que no referido artigo a expressão “sentença” utilizada, em verdade não se refere a sentença em sentido restrito, por interpretação extensiva, deve ser entendida como decisão de mérito, ou seja, a expressão sentença em verdade se refere a toda decisão cujo conteúdo apreciou matéria de mérito.

Ressalvadas estas questões técnicas redacionais do texto legal, o problema acerca do prazo decadencial estabelecido no artigo supracitado encontra-se em seu termo inicial.

Isto porque, a problemática ocorre na determinação exata do momento em que se inicia a contagem do prazo do direito à rescisão. Embora a lei estabeleça como termo inicial o trânsito em julgado da decisão, a jurisprudência e a doutrina divergem acerca do início do referido prazo em determinadas situações.

2.2 Divergência doutrinária e jurisprudencial

O decurso de prazo para interposição de recurso enseja a ocorrência do trânsito em julgado, que acarreta na coisa julgada formal e material. Nesse sentido, denota-se o posicionamento do Professor Frederico Marques:

A coisa julgada formal resulta da impossibilidade de novo julgamento pelas vias recursais, ou porque este foi proferido por órgão do mais alto grau de jurisdição, ou porque transcorreu o prazo para recorrer sem que o vencido interpusse recurso, ou finalmente porque se registrou desistência do recurso ou a ele se renunciou²⁰.

Logo, indubitável o entendimento de que ocorrendo a coisa julgada formal também ocorrerá a coisa julgada material, ao passo que em virtude da unicidade desse instituto, os dois aspectos não poderiam surgir em momentos distintos.

Tem-se por óbvio então, decorrido o prazo para interposição de recurso buscando a revisão da sentença, ocorre o trânsito em julgado dessa, iniciando-se o prazo decadencial para exercício do direito à rescisão da sentença.

Porém, existe a possibilidade da existência de recurso intempestivo ou deserto em face da “sentença” de mérito. Ou seja, são recursos interpostos em face da sentença já coberta pela coisa julgada, ao passo que o trânsito em julgado ocorre com o decurso de prazo ou não preenchimento dos requisitos extrínsecos para interposição do recurso. Entretanto, a interposição intempestiva do recurso acarretará em uma nova decisão, ainda que tão somente para reconhecer a intempestividade ou deserção do remédio processual.

Nessa situação, denota-se que a referida decisão que reconhecerá a intempestividade ou deserção é de cunho meramente declaratório, conforme se observa do posicionamento doutrinário:

Positivo ou negativo, o juízo de admissibilidade é essencialmente *declaratório*. Ao proferi-lo, o que faz o órgão judicial é verificar se estão ou não satisfeitos os requisitos indispensáveis à legítima apreciação do mérito do recurso. A existência ou a inexistência de tais requisitos é,

²⁰ MARQUES, José Frederico. Manual de direito processual civil. 9ª ed. São Paulo: Saraiva, 1987. p. 237

todavia, *anterior* ao pronunciamento, que não a *gera*, mas simplesmente a *reconhece*²¹.

Logo, conclui-se que a decisão sofre os efeitos da coisa julgada desde que se operou a imutabilidade e não tão somente após a declaração judicial reconhecendo a imutabilidade da decisão.

Assim, imprescindível se faz a verificação exata do momento em que a decisão passa a ser considerada imutável, no tocante a possibilidade de revisão por recurso, pois é nesse momento em que a decisão transitará em julgado, estabelecendo então o início do prazo para se pleitear a rescisão da “sentença” de mérito.

E nesse sentido os Tribunais têm se manifestado:

Ação rescisória. Direito Previdenciário. Lei Complementar nº 10.588/95. Decadência. O prazo decadencial para o ajuizamento da ação rescisória tem início a partir do trânsito em julgado da decisão que apreciou o mérito da demanda, e não daquela que declarou deserto o apelo. Assim, transcorrido o prazo bienal, impõe-se a extinção da ação rescisória, pela decadência. Ação rescisória extinta pela decadência²².

Coadunando com a referida interpretação, tem-se diversas manifestações de brilhantes processualistas e doutrinadores:

O *dies a quo* do prazo é o do trânsito em julgado da decisão rescindenda. Caso o recurso interposto contra a sentença ou acórdão seja conhecido, a partir do trânsito em julgado do acórdão que apreciou o mérito do recurso é que se conta o prazo para a propositura da rescisória. Caso o recurso não seja conhecido, o trânsito em julgado terá ocorrido a partir do momento em que se verificou a causa de inadmissibilidade do recurso, no momento em que se tornou *intempestivo*; no momento em que o recorrente *desistiu* do recurso ou *renunciou* ao direito de recorrer *etc.* O recurso não ficou intempestivo quando o tribunal assim declarou, mas já era intempestivo quando ultrapassado o prazo legal para a sua interposição. [...] No particular, modificamos nossa opinião anterior, exposta em Nery, *Recursos*, n. 3.4, p. 235²³.

²¹ MOREIRA, José Carlos Barbosa. Comentários ao Código de Processo Civil. 13ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006. p. 265

²² TJRS, AR 70013344726, Rel. Des. Roque Joaquim Volkweiss, j. em 13.12.2006.

²³ NERY JÚNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. Código de Processo Civil comentado. 13ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013. p. 966.

Como pode ter sido interposto da sentença algum ou alguns recursos, o trânsito em julgado depende de ter havido, ou não, o recebimento. Se do único recurso interposto, ou de todos os que se interpuseram, não houve conhecimento, a sentença já passou em julgado, porque o tempo para isso só se liga a não haver recurso, ou não ter sido interposto, mas a decisão, no juízo recursal, de não caber, sem que disso possa haver outro recurso, mostra que o trânsito em julgado já se opera²⁴.

Quando começa a correr o prazo de extinção do direito de propor ação rescisória? O princípio geral regulador da matéria, em direito civil, é o de que ele começa a correr na data em que a ação poderia ter sido proposta. No processo, esse momento é o em que foi proferida a decisão de que não caiba mais recurso, ou o momento em que passa em julgado a decisão contra a qual a ainda cabia recurso, mas que não foi interposto²⁵.

O referido entendimento não encontra acolhimento unânime na doutrina, bem como está longe de estar pacificado na jurisprudência, principalmente no âmbito das decisões do Superior Tribunal de Justiça.

Vale ressaltar que importantes doutrinadores têm entendimento de que a decisão proferida acerca da admissibilidade recursal é constitutiva e não declaratória, razão pela qual antes da decisão que apreciará a admissibilidade recursal não é possível o ajuizamento de ação rescisória, por falta de interesse de agir:

Ocorre, porém, conforme visto no capítulo sobre a teoria geral dos recursos, que a data do trânsito em julgado corresponde à data do Trânsito em julgado da última decisão. Com efeito, o prazo previsto no art. 495 do CPC somente flui quando é possível à parte ajuizar a ação rescisória. No particular, incide o princípio da utilidade, segundo o qual nenhum prazo pode ter curso quando é impossível sua utilização. Assim, interposto um recurso, enquanto este não vier a ser apreciado, não se pode ajuizar ação rescisória. Se o recurso vier a ser inadmitido, é a partir do trânsito em julgado da decisão que não o admitir que se inicia o prazo para a propositura da ação rescisória. É que, antes disso, não se viabilizava o ingresso da rescisória, por falta de um de seus requisitos: o trânsito em julgado. Não fosse assim, dever-se-ia aceitar o ajuizamento

²⁴ MIRANDA, Pontes de. Tratado da ação rescisória das sentenças e de outras decisões. 5ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1976. p. 365

²⁵ VIDIGAL, Luís Eulálio De Bueno. Comentários ao Código de Processo Civil. 2ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1976. p. 236

de ação rescisória condicional, que seria intentada, para evitar a consumação da decadência, e ficaria na pendência de ser ou não admitido o recurso interposto. Como não se aceita rescisória condicional, o entendimento que vem prevalecendo aponta no sentido de que o prazo previsto no art. 495 do CPC somente tem início a partir do trânsito em julgado da última decisão proferida no processo, ainda que se tenha restringido a não admitir determinado recurso. É que, a não ser assim, a parte iria, não raras vezes, deparar-se com situações no mínimo esdrúxulas, imagine-se que, interposto o recurso, e ultrapassado tempo superior a 2 (dois) anos, sobreviesse decisão do tribunal declarando inadmissível o recurso. A se considerar que o trânsito em julgado operou-se antes da interposição do recurso, não haveria mais prazo para o ajuizamento da ação rescisória. Convém reler o item dedicado à natureza jurídica do juízo de admissibilidade, no capítulo sobre a teoria geral dos recursos²⁶.

Se o juízo de admissibilidade é um juízo sobre a validade, se a invalidação é uma decisão constitutiva; se os atos processuais defeituosos produzem efeitos até a sua invalidação, conclusões já expostas e fundamentadas, a solução não pode ser outra: o juízo de inadmissibilidade é constitutivo negativo e tem eficácia *ex nunc*, ressalvada expressa previsão legal que determine a eficácia *ex tunc*, que a princípio não se reputa conveniente, tendo em vista que os atos processuais, e o procedimento em particular, produzem efeitos até que seja decretada a sua invalidade (inadmissibilidade, no caso do procedimento)²⁷.

O referido entendimento reflete o posicionamento do Superior Tribunal de Justiça no tocante ao termo inicial da contagem do prazo decadencial para a ação rescisória, conforme julgados abaixo colacionados:

DIREITO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO RESCISÓRIA. TERMO INICIAL DO PRAZO DECADENCIAL. NULIDADE DE CITAÇÃO. CABIMENTO. QUERELA NULLITATIS. FUNGIBILIDADE.

1. Ação rescisória ajuizada em 18/10/2013, da qual foi extraído o presente recurso especial, interposto em 17/12/2015 e concluso ao Gabinete em 25/08/2016.
2. Cinge-se a controvérsia a decidir sobre o termo inicial do prazo de decadência para o ajuizamento de ação rescisória, bem como sobre o cabimento desta, quando fundada em nulidade de citação.
3. A decadência do direito de desconstituir, em ação rescisória, a coisa julgada material implementa-se no prazo de dois anos iniciado no dia

²⁶ DIDIER JÚNIOR, Fredie; CUNHA, Leonardo José Carneiro da. Curso de direito processual civil. 3ª ed. Salvador: Podium, 2007. p. 311.

²⁷ DIDIER JÚNIOR, Fredie. Pressupostos processuais e condições da ação: o juízo de admissibilidade do processo. São Paulo: Saraiva, 2005. p. 49.

seguinte ao término do prazo para a interposição do recurso em tese cabível contra o último pronunciamento judicial.

4. O princípio da fungibilidade autoriza que a querela nullitatis assumam também a feição de outras formas de tutela - incluindo a ação rescisória -, cuja escolha dependerá da situação jurídica em que se encontrar o interessado no momento em que toma conhecimento da existência do processo (concurso eletivo): se antes do prazo de dois anos, previsto no art. 495 do CPC/73, caberá ação rescisória ou ação de nulidade; se depois de transcorrido o biênio, somente esta, já que não é atingida pelos efeitos da decadência.

5. Recurso especial conhecido e desprovido²⁸.

Recurso Especial – Ação Rescisória – Ajuizamento – Termo Inicial – Trânsito em julgado da última decisão proferida nos autos – Recurso Provido.

1 – A teor da jurisprudência desta Corte, o prazo decadencial de dois anos para a propositura da ação rescisória tem início na data em que se deu o trânsito em julgado da última decisão proferida na causa.

2 – Recurso conhecido e provido para determinar o prosseguimento da ação rescisória²⁹.

A matéria foi, inclusive, objeto de súmula, no Superior Tribunal de Justiça, conforme se observa do Enunciado da súmula 401 “O prazo decadencial da ação rescisória só se inicia quando não for cabível qualquer recurso do último pronunciamento judicial.”³⁰

No entanto, a divergência não se dá somente no campo doutrinário, pois o Supremo Tribunal Federal diverge do entendimento esposado pelo Superior Tribunal de Justiça, ao passo que a Suprema Corte entende que o termo inicial é o momento do trânsito em julgado da decisão objeto do pedido de rescisão, sendo que eventual recurso inadmissível não altera o referido termo inicial.

PREQUESTIONAMENTO – CONFIGURAÇÃO – RAZÃO DE SER. O pre-questionamento dispensa a referência explícita a diploma legal

²⁸ STJ – REsp 1.600.535/RS, relatora Ministra Nancy Andrighi, Órgão Julgador: 3ª Turma, publicado no Diário de Justiça em 19/12/2016.

²⁹ STJ – REsp 281.393/RS, relator Ministro Jorge Scartezini, Órgão Julgador: 4ª Turma, publicado no Diário de Justiça em 01/08/2006.

³⁰ SITE – http://www.stj.jus.br/docs_internet/SumulasSTJ.pdf – consultado em 26 de março de 2017.

bem como a artigo, parágrafo, inciso ou alínea. Fica configurado mediante adoção de entendimento, servindo, assim, ao cotejo indispensável a que se diga enquadrado o recurso, ou a ação rescisória, no permissivo pertinente. COISA JULGADA – ENVERGADURA. A coisa julgada, ato jurídico perfeito e acabado por excelência, porque pressupõe pronunciamento do Judiciário, possui estatura constitucional – artigo 5º, inciso XXXVI, da Carta Federal -, sendo mitigada pelo próprio Documento Maior no que prevê ação de impugnação autônoma – a rescisória -, a encerrar, ante as balizas concernentes ao cabimento, exceção. AÇÃO RESCISÓRIA – OBJETO. A ação rescisória visa afastar do mundo jurídico decisão de mérito. É apreciada com base nas premissas constantes do ato rescindendo. DECADÊNCIA – AÇÃO RESCISÓRIA – BIÊNIO – TERMO INICIAL. O termo inicial do prazo de decadência para a propositura da ação rescisória coincide com a data do trânsito em julgado do título rescindendo. Recurso inadmissível não tem efeito de empecer a preclusão – Comentários ao Código de Processo Civil, José Carlos Barbosa Moreira, Editora Forense. Procedente: Ação Rescisória nº 1.472-8, relatada por mim no Plenário. LEGITIMIDADE – AÇÃO RESCISÓRIA. Pessoa natural, ou jurídica, que foi declarada parte ilegítima no processo que desaguou na decisão rescindenda não dispõe de ação rescisória contra o pronunciamento de mérito, presente defeito de fundo, erronia no julgamento substancial verificado.³¹

Destarte, a divergência entre os Tribunais Superiores é latente acerca do termo inicial do prazo decadencial para a pretensão de rescisão de “sentença” de mérito. Entende-se pela adoção do posicionamento do Supremo Tribunal Federal como o mais adequado, posto que respaldado pela maior parte da doutrina, cujo entendimento é de que a decisão acerca de recurso intempestivo ou deserto é meramente declaratória, bem como por tratar-se do entendimento que traria menor complexidade acerca da garantia da segurança jurídica.

Isto porque, pelo entendimento adotado pelo Superior Tribunal de Justiça é possível a manutenção da possibilidade ao direito rescisório por muitos anos após a decisão proferida, conforme se exemplifica a seguir: Em caso interposição de recurso de apelação após decorrido o prazo, o referido recurso implicará em uma nova decisão acerca de sua admissibilidade, desta decisão é possível a interposição de Recurso Especial, sendo feito novo Juízo de admissibilidade, passível de interposição de Agravo, o qual poderá ser desprovido pelo relator. Com isso, interpõe-se agravo interno,

³¹ STF. RE 444.816/RS, Relator Ministro Marco Aurélio, Órgão Julgador: 1ª Turma, publicado no Diário de Justiça em 27/08/2012.

ao qual será negado provimento. Então há a interposição de Recurso Extraordinário, o qual será considerado inadmissível, por decisão a qual será objeto de Agravo. Passado mais algum tempo há o julgamento do Agravo, tendo sido negado provimento, razão pela qual desencadeia a interposição de Agravo Interno com esta última decisão, tendo o referido recurso seu provimento negado.

Considerando a média de prazo para julgamento dos Tribunais Brasileiros, a hipótese acima relatada poderá ensejar um lapso temporal de 5 a 6 anos e, segundo o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, o cabimento da ação rescisória será possível até dois anos após a última decisão proferida, acarretando assim, latente insegurança jurídica, ao passo que somente após 08 anos da prolação da decisão é que essa não mais poderá de fato sofrer qualquer reforma, seja pela via recursal, seja pela via da ação rescisória³².

Em contrapartida, o argumento de que a interpretação poderia causar tumulto processual com a possibilidade de ajuizamento de várias ações rescisórias em momentos diferentes de um mesmo processo não pode prosperar, ao passo que a ação rescisória é medida excepcional, cabível somente nas hipóteses taxativas previstas no artigo 966 do Código de Processo Civil de 2015, não possuindo margem para ajuizamento em face de qualquer decisão de mérito proferida, a causar receio de diversas demandas rescisórias acerca do mesmo processo.

2.3 Divergência do termo inicial – capítulos da “sentença”

As divergências doutrinárias e jurisprudências quanto ao termo inicial da contagem do prazo decadencial da ação rescisória não se limitam às hipóteses de interposição de recursos intempestivos ou desertos.

Os Tribunais também divergem acerca da interpretação do termo inicial do prazo decadencial para ação rescisória no tocante aos capítulos da sentença.

Antes de mais nada, necessário se faz definir o que são os capítulos da sentença, que nas palavras do Ilustre Mestre Professor Cândido Rangel Dinamarco

³² CÂMARA, Alexandre Freitas. Ação rescisória. 3ª ed. São Paulo: Atlas. 2014. p. 165-166.

“definem-se portanto os capítulos de sentença, diante do direito positivo brasileiro e dessas considerações, como *unidades autônomas do decisório da sentença*.”³³

Vale lembrar que o conceito de sentença aqui também é de interpretação de sentido amplo, como qualquer decisão de mérito no processo como a própria sentença, acórdãos, decisões monocráticas etc.

Assim, no atual sistema processual, as sentenças geralmente são dotadas de mais de um capítulo, seja pelas demandas possuírem mais de um pedido, seja pela simples procedência ou não de um pedido e a decisão acerca do pagamento ou não de despesas processuais e honorários advocatícios, bem como é possível que tenhamos procedências parciais, gerando também mais de um capítulo de sentença.

Para tais situações, os capítulos de sentença podem sofrer o trânsito em julgado em diferentes momentos, pois eventual recurso pode insurgir-se sobre determinado capítulo específico da sentença, não versando sobre os demais.

Assim, os capítulos não impugnados pela via recursal são submetidos ao trânsito em julgado, com a conseqüente formação da coisa julgada em momentos díspares para cada capítulo de sentença.

Acerca do tema, leciona o Professor Marcelo José Magalhães Bonício:

Se o autor apela somente do capítulo de sentença que julgou parte do pedido improcedente, ele delimitou os limites objetivos do recurso interposto, e, assim, só permitirá ao tribunal o julgamento daquele capítulo de sentença impugnado, vale dizer, o tribunal pode conceder ou negar provimento ao recurso, mas seja qual for a decisão, o capítulo de sentença não impugnado não pode ser atingido pelo resultado do recurso, porque ao juiz é vedado extrapolar o limite objetivo do recurso e, ainda, porque o capítulo não impugnado transitou materialmente em julgado, tornando-se imutável.³⁴

No entanto, para fins de ação rescisória, o Superior Tribunal de Justiça tem entendimento que não há formação de coisa julgada material em momentos distintos, conforme se verifica no julgado a seguir:

³³ DINAMARCO, Cândido Rangel. Capítulos de sentença. São Paulo: Malheiros, 2002. p. 35.

³⁴ BONÍCIO, Marcelo José Magalhães. Capítulos de sentença e efeitos dos recursos. São Paulo: RCS. 2006. p. 107.

PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO RESCISÓRIA. PRAZO DECADENCIAL. TERMO INICIAL. TRÂNSITO EM JULGADO DA ÚLTIMA DECISÃO PROFERIDA NOS AUTOS. ART. 495 DO CPC. SÚMULA N. 401/STJ. COISA JULGADA "POR CAPÍTULOS". INADMISSIBILIDADE. SFH. UTILIZAÇÃO DO IPC (84,32%) NO MÊS DE ABRIL DE 1990. ADOÇÃO DA TAXA REFERENCIAL (TR) COMO ÍNDICE DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA (LEI N. 8.177/1991). VIOLAÇÃO DE LITERAL DISPOSIÇÃO DE LEI. ART. 485, V, DO CPC. SÚMULA N. 343/STF. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC NÃO CONFIGURADA.

1. A violação do art. 535 do CPC não se configura na hipótese em que o Tribunal de origem, ainda que sucintamente, pronuncia-se sobre a questão controvertida nos autos, não incorrendo em omissão, contradição ou obscuridade.

2. O prazo decadencial de 2 (dois) anos para a propositura da ação rescisória inicia com o trânsito em julgado da última decisão proferida no processo, que se aperfeiçoa com o exaurimento dos recursos cabíveis ou com o transcurso do prazo recursal, a teor do que dispõe a Súmula n. 401/STJ: "O prazo decadencial da ação rescisória só se inicia quando não for cabível qualquer recurso do último pronunciamento judicial".

3. É incabível o trânsito em julgado de capítulos da sentença ou do acórdão em momentos distintos, a fim de evitar o tumulto processual decorrente de inúmeras coisas julgadas em um mesmo feito.

4. A ação rescisória, fundada no art. 485, V, do CPC, pressupõe violação frontal e direta de literal disposição de lei, sendo certo, ainda, que a adoção pela decisão rescindenda de uma dentre as interpretações cabíveis não enseja a rescisão do decisum. Incidência da Súmula n. 343/STF: "Não cabe ação rescisória por ofensa a literal disposição de lei, quando a decisão rescindenda se tiver baseado em texto legal de interpretação controvertida nos tribunais".

5. No caso concreto, diversamente da atual jurisprudência, o acórdão rescindendo (transitado em julgado em 19/12/2001), embasado em uma das interpretações possíveis à época do julgamento (15/8/2000), decidiu pela aplicação do BTNf para a correção monetária do saldo devedor dos contratos do SFH no mês de março de 1990, no percentual de 41,28% (quarenta e um inteiros e vinte e oito centésimos percentuais), bem como pela impossibilidade de aplicação da TR nos contratos de financiamento habitacional celebrados antes da Lei n. 8.177, de 1º de março de 1991, sob pena de locupletamento.

6. A pacificação da jurisprudência desta Corte em sentido contrário e posteriormente ao acórdão rescindendo não afasta a aplicação do enunciado n. 343 da Súmula do STF.

7. Firmado o posicionamento deste Tribunal Superior quanto à interpretação de determinada norma infraconstitucional, torna-se cabível a ação rescisória contra julgado proferido em data posterior à pacificação, desde que contrário ao entendimento que se consolidou no STJ, afastando-se, em tal hipótese, a incidência do referido enunciado sumular.

8. Recurso especial conhecido e parcialmente provido.³⁵

³⁵ STJ – REsp 736.650/MT, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Órgão Julgador: Corte Especial, publicado no Diário de Justiça em 01/09/2014.

Em discordância ao posicionamento acima citado do Superior Tribunal de Justiça a maciça doutrina sustenta a impossibilidade de sustentação desse entendimento conforme se observa do posicionamento de eminentes juristas:

Nos casos em que parte da sentença transita em julgado antes (quando o recurso é apenas parcial; quando havendo sucumbência recíproca, alguma das partes não recorre etc.), correrão separadamente os prazos para rescisão dos diversos capítulos da sentença³⁶.

A 'ação rescisória' contra quem foi vitorioso nos pontos *a* e *b*, na primeira instância, com trânsito em julgado por se não haver recorrido, ou não se ter conhecido do recurso interposto, e nos pontos *c*, *d* e *e*, na superior instância, porque se conheceu do e se confirmou ou se reformou a sentença em tais pontos, tem de ser propostas em duas ações, porque não é uma só a ação rescisória. Há tantas ações rescisórias quantas decisões transitadas em julgado em diferentes juízos. Pode-se dar, até, que os prazos preclusivos sejam dois ou mais, porque uma sentença transitou em julgado antes da outra, ou das outras. O prazo preclusivo para a rescisão da sentença que foi proferida, sem recurso, ou com decisão que dele não conheceu, começa com o trânsito em julgado de tal sentença irrecorrida. Se houve recurso quanto a algum ponto, ou alguns pontos, ou todos, tem-se de distinguir aquilo de que se conheceu e o de que não se conheceu. Há o prazo preclusivo a contar da coisa julgada naqueles pontos que foram julgados pela superior instância. A extensão da ação rescisória não é dada pelo pedido. É dada pela sentença em que se compõe o pressuposto de rescindibilidade. Se a mesma petição continha três pedidos e o trânsito em julgado, a respeito do julgamento de cada um, foi em três instâncias, há tantas ações rescisórias quantas as instâncias³⁷.

Ademais, o entendimento esposado pelo Superior Tribunal de Justiça afirma que a coisa julgada material somente ocorre após a última decisão de mérito proferida no processo, o que não se pode concordar. Pois a despeito deste entendimento seria cabível somente uma ação rescisória após a última decisão de mérito do processo.

Ocorre que, em situações em que a sentença sofre parciais alterações em segunda instância e outra parcial alteração na instância Superior, pelas regras de competência acerca da ação rescisória, caberia ao Tribunal Estadual o julgamento de

³⁶ TALAMINI, Eduardo. Coisa julgada e sua revisão. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2005. p. 192.

³⁷ MIRANDA, Pontes de. Tratado da ação rescisória das sentenças e de outras decisões. 5ª ed. Rio de Janeiro: Forense. 1976. p. 353.

rescisória das matérias constantes na sentença e em seu acórdão e caberia ao Superior Tribunal de Justiça o julgamento de rescisória acerca de seu julgamento.

Sendo possível somente o aforamento de uma única ação rescisória, esta deveria ser ajuizada perante o Superior Tribunal de Justiça e o referido Tribunal teria que apreciar eventual pedido rescindente referente às decisões das instâncias inferiores? Parece que tal medida não seria possível pela própria limitação constitucional acerca da matéria delimitada para julgamento de ação rescisória pelo Superior Tribunal de Justiça, ocorrendo a mesma incompatibilidade com o Supremo Tribunal Federal, em situação análoga.

Portanto, tem-se que o posicionamento acerca da possibilidade do ajuizamento de ações rescisórias de acordo com o trânsito em julgado de cada decisão de mérito é o que melhor se coaduna com o conceito da coisa julgada material, bem como com os capítulos da sentença e com as regras de competência para conhecimento da ação rescisória.

Ademais, acerca do tema o Supremo Tribunal Federal entende que a matéria é de âmbito Constitucional, ao passo que a coisa julgada é abrigada na Carta Magna e com base nesse entendimento reformou decisão proferida pela Superior Tribunal de Justiça para aplicar a decadência por entender que o prazo decorre individualmente para cada capítulo da sentença, conforme ementa abaixo:

COISA JULGADA – ENVERGADURA. A coisa julgada possui envergadura constitucional.

COISA JULGADA – PRONUNCIAMENTO JUDICIAL – CAPÍTULOS AUTÔNOMOS. Os capítulos autônomos do pronunciamento judicial precluem no que não atacados por meio de recurso, surgindo, ante o fenômeno, o termo inicial do biênio decadencial para a propositura da rescisória³⁸.

Por fim, verifica-se que o próprio Superior Tribunal de Justiça tem posicionamento que diverge desse seu próprio posicionamento, ao passo que permite o cumprimento de sentença definitivo de parte da sentença que não foi abarcada em recurso interposto. Aduz, inclusive, a diferenciação, no tocante a este cumprimento de

³⁸ STF – RE 666.589/DF, relator Ministro Marco Aurélio, Órgão Julgador: Primeira Turma, publicado no Diário de Justiça em 03/06/2014.

sentença quanto ao cumprimento de sentença da parte da decisão que foi objeto de recurso, entendendo que em relação a esta última o cumprimento se dá somente de forma provisória.

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO DE SENTENÇA PROFERIDA EM SEDE DE AÇÃO COLETIVA. SINDICATO. REAJUSTE DE 3,17%. DIREITO RECONHECIDO EM ACÓRDÃO PROFERIDO PELO TRF 4ª REGIÃO. IMPUGNAÇÃO PARCIAL. TRÂNSITO EM JULGADO. EXECUÇÃO DA PARTE NÃO-IMPUGNADA. POSSIBILIDADE. NATUREZA DEFINITIVA. RETORNO DOS AUTOS. REGULAR PROSSEGUIMENTO DA EXECUÇÃO.

1. Nos termos do art. 587 do CPC, é definitiva a execução de parte de decisão judicial que não foi objeto de recursos ordinários ou extraordinários na fase de conhecimento, em face da ocorrência do trânsito em julgado da parte da sentença não impugnada. Precedentes. É de ser reconhecida a ocorrência do trânsito em julgado da parte do acórdão proferido na Ação Coletiva n.º 95.0021207-2 ajuizada pelo SINDISPREV/RS, que ora se pretende executar, em que foi reconhecido o direito dos substituídos ao reajuste de 3,17%, já que os recursos especial e extraordinário foram interpostos pelos próprios Autores, impugnando apenas e tão-somente a fixação da verba honorária e a legitimidade do Sindicato-Autor para o ajuizamento de eventual execução de sentença.

3. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, provido.³⁹

Logo, de uma forma ou de outra se verifica que a contagem do prazo para ação rescisória em caso de capítulos da sentença poderá se dar em momentos distintos, podendo existir o ajuizamento de várias demandas rescisórias, caso a caso.

³⁹ STJ. REsp 747.185/RS, Relatora Ministra Laurita Vaz, Órgão Julgador: 5ª Turma, publicado no Diário de Justiça em 03/10/2005.

CAPÍTULO 3 – DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015

3.1. Prazo decadencial: termo inicial – artigo 975 do Código de Processo Civil de 2015; 3.2. Prazo decadencial: Termo inicial em caso de recurso intempestivo ou deserto; 3.3. Prazo decadencial: Termo inicial – Capítulos de “sentença”; 3.4. Termos iniciais diferenciados.

3.1. Prazo decadencial: Termo inicial – artigo 975 do Código de Processo Civil de 2015

Com o advento da lei 13.105/2015 houve a instituição do novo Código de Processo Civil, cuja entrada em vigor se deu em março de 2016. Tal reforma gerou muitas alterações em relação ao Código de Processo Civil até então vigente (lei 5.869/1973), dentre elas algumas alterações acerca da ação rescisória, inclusive, com relação às condições do prazo decadencial.

O referido prazo passou a estar previsto no artigo 975 do Código de Processo Civil de 2015 com a seguinte redação:

Art. 975. O direito à rescisão se extingue em 2 (dois) anos contados do trânsito em julgado da última decisão proferida no processo.

§1º Prorroga-se até o primeiro dia útil imediatamente subsequente o prazo a que se refere o *caput*, quando expirar durante férias forenses, recesso, feriados ou em dia que não houver expediente forense.

§2º Se fundada a ação no inciso VII do art. 966, o termo inicial do prazo será a data de descoberta da prova nova, observado o prazo máximo de 5 (cinco) anos, contado do trânsito em julgado da última decisão proferida no processo.

§3º Nas hipóteses de simulação ou de colusão das partes, o prazo começa a contar, para o terceiro prejudicado e para o Ministério Público, que não interveio no processo, a partir do momento em que têm ciência da simulação ou da colusão.

Inicialmente é possível observar que o legislador cuidou de ajustar as questões técnicas redacionais em relação ao texto do artigo 495 do revogado Código de Processo Civil de 1973, pois substitui o texto “direito de propor ação rescisória” por “direito à rescisão” o que, conforme já esposado anteriormente, é mais adequado tendo em vista tratar-se de prazo decadencial e não prescricional.

Ainda acerca das questões técnicas redacionais vale a ressalva da alteração contida no artigo 966 do Código de Processo Civil de 2015 que alterou a expressão “sentença de mérito” prevista no artigo 485 do Código de Processo Civil de 1973 por “decisão de mérito” o que também torna a redação mais adequada, pois a expressão “sentença” já era entendida em sentido amplo como qualquer decisão de mérito.

Passadas as questões redacionais, denota-se que foi mantido o prazo decadencial de 2 (dois) anos, sendo que houve alteração no final do *caput* do referido artigo em comparação com a redação do artigo do código revogado, pois onde constava “contados do trânsito em julgado da decisão” passou a constar “contados do trânsito em julgado da última decisão proferida no processo”.

Com a referida alteração parece claro que o novo Código de Processo Civil entendeu por prestigiar o posicionamento do Superior Tribunal de Justiça acerca do tema, cujo entendimento de que o termo final do prazo decadencial para interposição de ação rescisória ocorre somente após 02 (dois) anos do trânsito em julgado da última decisão proferida no processo.

Entretanto, a doutrina tem divergido acerca do entendimento da redação deste novo artigo em relação ao termo inicial do prazo para a ação rescisória. Parte da doutrina defende que o posicionamento, como regra, privilegia o entendimento consignado na Súmula 401 do Superior Tribunal de Justiça, a qual aduz “O prazo decadencial da ação rescisória só se inicia quando não for cabível qualquer recurso do último pronunciamento judicial” e que a ação rescisória teria como regra somente um termo inicial, ou seja, a última decisão proferida no processo⁴⁰.

Logo haveria o cabimento de tão somente uma ação rescisória por processo, o que evitaria tumulto processual, conforme entendimento já esposado no Recurso Especial 736.650/MT cuja ementa já foi citada anteriormente no presente trabalho.

Entretanto, a parte majoritária da doutrina tem entendimento de que o artigo 975 do Código de Processo Civil de 2015 não determina o termo inicial do prazo decadencial para a ação rescisória, mas sim tão somente o prazo final.

Ademais, cumpre esclarecer que o legislador acolheu em parte o posicionamento do Superior Tribunal de Justiça, ao passo que inseriu os parágrafos 2º e 3º no artigo 975, relativizando o prazo nas situações ali descrita, como o caso de documento novo no §2º e nas hipóteses de colusão e simulação no §3º.

A doutrina está de acordo com o §2º do supracitado artigo, pois entende que a flexibilização do prazo em caso de documento novo se fazia necessária, no entanto, em

⁴⁰ MEDINA, José Miguel Garcia. Novo Código de Processo Civil comentado. São Paulo: RT. 2015; p. 1.319-1.320.; BUENO, Cassio Scarpinella. Manual de direito processual civil. São Paulo: Saraiva. 2015. p. 611.

atenção à segurança jurídica, com a fixação de prazo máximo, como contido no referido artigo. Nesse sentido verifica-se posicionamento do Professor Alexandre Freitas Câmara:

Outra importante novidade está na previsão de dois casos nos quais o termo inicial do prazo decadencial não será o momento do trânsito em julgado do provimento jurisdicional rescindendo. O primeiro deles é o caso de ação rescisória fundada na descoberta de prova nova. Nessa hipótese, o termo inicial do prazo será a data da descoberta da nova prova. Volto a dizer, porém, algo que já afirmei anteriormente (cf. *supra*, cap. XIII): o ideal seria que se estabelecesse, para casos assim, um limite temporal máximo, contado do trânsito em julgado. Pense-se, por exemplo, no caso em que a prova nova seja descoberta vinte anos depois do trânsito em julgado da sentença. Pelo sistema proposto, haverá ainda dois anos para ajuizar-se a ação rescisória. De todo modo, o sistema projetado tem o mérito de eliminar a regra do termo inicial fixo que, no caso de rescisória fundada em prova nova, pode levar a tremendas iniquidades⁴¹.

O mesmo não se pode dizer acerca do §3º, pois não houve qualquer limitação quanto a termo final, logo, em qualquer momento, caso descoberta fraude, poderá o Ministério Público intentar a ação rescisória até o prazo de dois da descoberta.

3.2. Prazo decadencial: Termo inicial em caso de recurso intempestivo ou deserto

Conforme já discorrido acima, o artigo 975 do Código de Processo Civil de 2015 determinou como prazo final para contagem do prazo decadencial para a ação rescisória 02 (dois) anos após a última decisão proferida no processo.

Após a referida alteração introduzida pela lei 13.105/2015, parte da doutrina tem entendimento de que a regra é o início do prazo para a ação rescisória somente após a última decisão proferida no processo, mesmo nos casos de recurso intempestivo ou deserto. Porém, desde que não haja reconhecimento de flagrante intempestividade e configurado erro grosseiro ou má-fé.

⁴¹ CÂMARA, Alexandre Freitas. Ação rescisória. 3ª ed. São Paulo: Atlas. 2014. p. 196.

Para esta última hipótese o entendimento é de que o termo inicial para a ação rescisória é o do trânsito em julgado da decisão, não sendo necessário aguardar o trânsito em julgado da decisão que declarará a inadmissibilidade do recurso⁴².

Entendimento este que já vem sendo aplicado pelo Superior Tribunal de Justiça, conforme se observa da ementa abaixo:

PROCESSUAL CIVIL. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC PELO ACÓRDÃO RECORRIDO. OMISSÃO NÃO CONFIGURADA. AÇÃO RESCISÓRIA. ART. 495, CPC. TERMO "A QUO" DO PRAZO DECADENCIAL. INOCORRÊNCIA DE TRÂNSITO EM JULGADO ANTES DO JULGAMENTO DE RECURSO INTEMPESTIVO, AUSENTE ERRO GROSSEIRO OU MÁ-FÉ.

1. A ação rescisória tem como termo "a quo" do biênio decadencial o dia seguinte ao trânsito em julgado da decisão rescindenda.

2. O prazo para ajuizamento da ação rescisória somente tem início com o trânsito em julgado material, ou seja, após o transcurso "in albis" do prazo para recorrer, mesmo que o último recurso interposto não tenha sido conhecido por intempestividade, exceto configuração de erro grosseiro ou má-fé. (Precedentes: REsp nº 841592/DF, Rel. Min. Luiz Fux, DJe 25.05.2009; EREsp nº 441.252/CE, Rel. Min. GILSON DIPP, Corte Especial, DJ 18.12.06; AgRg nº REsp 958.333/ES, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, DJ 25.02.08).

3. Na hipótese dos autos, ao reconhecer a intempestividade, o acórdão recorrido não assentou ter havido má-fé ou erro grosseiro por parte do recorrente, não podendo estes ser presumidos. O termo "a quo" para o ajuizamento da rescisória deve, pois, ser contado do trânsito em julgado da decisão que reconheceu a intempestividade do recurso interposto.

4. "In casu", o reconhecimento da intempestividade da ação rescisória arrastou consigo as demais teses que eventualmente conduziram ao provimento da demanda.

5. O art. 535 do CPC resta incólume se o Tribunal de origem reconhece questão prejudicial à análise dos demais argumentos sustentados nos autos.

6. Como é de sabença, o magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pela parte, desde que os fundamentos utilizados tenham sido suficientes para embasar a decisão.

7. Recurso especial a que se dá provimento para determinar o prosseguimento da ação rescisória na instância "a quo"⁴³.

⁴² MEDINA, José Miguel Garcia. Novo código de processo civil comentado: com remissões e notas comparativas ao CPC/1973. 4ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2016. p. 1.406-1.407.

⁴³ STJ – REsp 1.186.694/DF, relator Ministro Luiz Fux, Órgão Julgador: 1ª Turma, publicado no Diário de Justiça em 17/08/2010.

Diante de tais alterações, veremos o entendimento que será aplicado pelo Supremo Tribunal Federal, face as alterações introduzidas no artigo 975 do Código de Processo Civil de 2015. Cogita-se, inclusive, a possibilidade de discussão acerca da constitucionalidade do referido artigo, ante a latente incompatibilidade com o posicionamento exarado pela Suprema Corte.

3.3. Prazo decadencial: Termo inicial – Capítulos de “sentença”

Conforme já dito no item 3.1, parte da doutrina entende que, com a redação dada ao artigo 975 do Código de Processo Civil de 2015, o termo inicial para a ação rescisória seria somente após o trânsito em julgado da última decisão proferida no processo. Logo, seria possível o ajuizamento de uma única ação rescisória por processo.

Entretanto, a parte majoritária da doutrina tem entendimento de que o artigo 975 do Código de Processo Civil de 2015 não determina o termo inicial do prazo decadencial para a ação rescisória, mas sim tão somente o prazo final. Com base nesse entendimento, aduz que é possível o ajuizamento de ação rescisória em face de capítulo de “sentença” o qual não houve interposição de recurso, ou seja, tendo transitado em julgado, sendo que o termo final para o ajuizamento da ação rescisória frente a esse capítulo de “sentença” será 02 (dois) anos após o prazo da última decisão proferida no processo, porém o termo inicial é o trânsito em julgado da própria decisão.

Com isso, a alteração realizada no novo Código de Processo Civil apenas teria estendido o prazo para o ajuizamento da ação rescisória em face dos capítulos de “sentença” não impugnados, porém permanecendo o entendimento da possibilidade de ajuizamento da ação rescisória tão logo a decisão transite em julgado⁴⁴.

O referido posicionamento defende, inclusive, que o novo Código de Processo Civil trouxe expressamente a possibilidade de decisões parciais de mérito, nos termos do artigo 356 do Código de Processo Civil de 2015, as quais, em caso de não

⁴⁴ NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Manual de direito processual civil. Volume único. 8ª ed. Salvador: JusPodivm. 2016. p. 1388.

interposição de recurso ou interposição parcial, poderão ser executadas desde então, como definitivas, nos termos do artigo 523 do Código de Processo Civil de 2015.

Logo, se a nova legislação permite o cumprimento de sentença, definitivo, de decisão parcial de mérito, por óbvio que é cabível o direito à rescisão desde então, não se havendo que falar em aguardar o trânsito em julgado da última decisão proferida no processo.

E, mesmo porque, o §4º do artigo 218 do Código de Processo Civil aduz que “será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo”.

Entendimento contrário acarretaria na possibilidade de satisfação do cumprimento de sentença de capítulo de “sentença” ou decisão parcial de mérito, antes mesmo no início do prazo para exercício do direito de ação rescisória.

Nesse sentido, leciona o Professor Medina, acerca do termo inicial:

VI. Decisões rescindíveis proferidas ao longo do processo. Termos inicial e final. O termo final do prazo é o mesmo, em se tratando de decisões rescindíveis proferidas no curso do processo. Assim, por exemplo, tendo havido julgamento antecipado parcial do mérito (art. 356 do CPC/2015) e não havendo recurso, a decisão transita em julgado, mas o prazo para ajuizamento de ação rescisória contra essa decisão só começa a correr, de acordo com o art. 975, *caput, in fine* do CPC/2015, “do trânsito em julgado da última decisão proferida no processo”. Esse é o marco inicial para a contagem do prazo e a fixação do termo final, portanto. Não se impede, contudo, o ajuizamento de ação rescisória contra a decisão proferida autonomamente, ao longo do processo, e que tenha transitado em julgado, embora o prazo ainda não tenha iniciado. Incide, também aqui, a regra geral prevista no §4.º do art. 218 do CPC/2015 (“Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo”). A Súmula 401 do STJ não se aplica nesse caso (os precedentes que motivaram a criação de tal Súmula não levaram em consideração questões como a oriunda da incidência do art. 356 do CPC/2015 ou do art. 273, §6.º do CPC/1973, cf. comentário precedente). Caso, p. ex., o juiz tenha proferido decisão julgando antecipadamente parte do mérito quanto a um dos pedidos (art. 356 do CPC/2015), se essa decisão transitar em julgado poderá ser executada de imediato, sujeitando-se ao regime do cumprimento definitivo (cf. art. 523 do CPC/2015, e não provisório, já que não se está diante de decisão impugnada por recurso desprovido de efeito suspensivo, cf. art. 520 do CPC/2015). O cumprimento de tal decisão, no entanto, poderá ser suspenso pela

concessão de tutela provisória na ação rescisória (cf. art. 969 do CPC/2015).⁴⁵

Há ainda o entendimento de que o artigo 975 do Código de Processo Civil padece de inconstitucionalidade. Isto porque, o Supremo Tribunal Federal, em análise da Súmula 401 do Superior Tribunal de Justiça, que teve o entendimento contemplado no supracitado artigo, decidiu que à luz do artigo 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal, não é possível recusar a formação de coisa julgada parcial, nas hipóteses em que as questões de mérito sejam apresentadas como autônomas e independentes entre si, e tenham seus julgamentos ocorridos em momentos diferentes.

E, para tanto, o Supremo Tribunal Federal fundamentou sua decisão em precedente que já havia reconhecido a executoriedade imediata de capítulos da sentença, reconhecendo o trânsito em julgado imediato; nas súmulas 354 e 514 da Excelsa Corte; a admissibilidade da coisa julgada progressiva, ante a recorribilidade parcial prevista no processo civil; de que, no plano constitucional, a coisa julgada, como cláusula pétrea, constitui aquela que pode ocorrer de forma progressiva, quando fragmentada a sentença em partes autônomas; com o trânsito em julgado dos capítulos de “sentença” em datas distintas, ter-se-á a viabilidade de rescisórias distintas, com fundamentos próprios e; por fim o Supremo Tribunal Federal prestigiou o entendimento do inciso II da Súmula 100 do Superior Tribunal do Trabalho⁴⁶.

Acerca da Súmula 100 do Superior Tribunal do Trabalho vale colacionar a sua íntegra, pois trata-se de “meio termo” entre os entendimentos do Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça:

Ação rescisória. Decadência. I – O prazo de decadência, na Ação Rescisória, conta-se do dia imediatamente subsequente ao trânsito em julgado da última decisão proferida na causa, seja de mérito ou não.

II – Havendo recurso parcial no processo principal, o trânsito em julgado dá-se em momentos e em tribunais diferentes, contando-se o prazo decadencial para a ação rescisória do trânsito em julgado de cada decisão, salvo se o recurso tratar de preliminar ou prejudicial que possa

⁴⁵ MEDINA, José Miguel Garcia. Novo código de processo civil comentado: com remissões e notas comparativas ao CPC/1973. 4ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2016. p. 1.406.

⁴⁶ THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de Direito Processual Civil – Execução forçada, processo nos tribunais, recursos e direito intertemporal. Vol. III. 49ª ed. Rio de Janeiro: Forense. 2016. p.895-896.

tornar insubsistente a decisão recorrida, hipótese em que flui a decadência, a partir do trânsito em julgado da decisão que julgar o recurso parcial.

III – Salvo se houver dúvida razoável, a interposição do recurso intempestivo ou a interposição de recurso incabível não protraí o termo inicial do prazo decadencial.

A doutrina ainda sustenta que o prazo para ação rescisória se iniciaria do trânsito em julgado da decisão objeto da rescisão e não da última decisão proferida nos autos para as hipóteses de capítulos de “sentença”.

3.4. Termos iniciais diferenciados

Conforme já mencionado no item 3.1 deste trabalho, o artigo 975 do Código de Processo Civil de 2015, além de seu *caput*, conta com a inserção de 03 (três) parágrafos não existentes no revogado artigo 495 do Código de Processo Civil de 1973, os quais não se pode deixar de mencionar, face a sua grande relevância:

O §1.º apenas consolidou entendimento jurisprudencial quanto a possibilidade de prorrogação do prazo decadencial para o primeiro dia útil seguinte ao prazo referido no *caput*, quando este expirar nas férias forenses, recesso, feriado ou em dia em que não houver expediente forense.

Já o §2.º trouxe uma inovação clamada pela doutrina acerca do termo inicial do prazo para ação rescisória fundada no inciso VII do artigo 966 (prova nova), que se dará somente da data do descobrimento da prova nova, desde que observado o prazo máximo de 5 (cinco) anos, contado do trânsito em julgado da última decisão proferida no processo.

A inovação foi bem recebida, ao passo que, especificamente para a prova nova, a doutrina entendia como injusto a contagem de prazo sobre condição que sequer era de conhecimento da parte. A inovação foi também muito bem recebida pelo limite estabelecido. Logo, tem-se que o parágrafo atendeu a especificidade da hipótese tratada, sem causar prejuízo à segurança jurídica, posto que estabelecido limite razoável.

Outra inovação é o §3.º, que trata de outra hipótese específica de cabimento da ação rescisória fundada em simulação ou colusão das partes, no qual restou

estabelecido o termo inicial, para o terceiro prejudicado e para o Ministério Público, que não interveio no processo, a partir do momento em que têm ciência da simulação ou da colusão.

Para este último parágrafo não houve a estipulação de prazo máximo, pois “prende-se à circunstância de se deparar com atos contaminados por *nulidade* e não apenas por anulabilidade (Código Civil, arts. 166, VI, e 167), agravados ainda, pelos reflexos nocivos produzidos para além dos interesses dos sujeitos da relação processual”⁴⁷.

Outrossim, o Código de Processo Civil de 2015 também excepcionou mais duas situações nos artigos 525, §15 e 535, §8º.

Isto porque, em casos de sentença baseada em lei ou ato normativo considerado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, ou fundada em aplicação ou interpretação da lei ou do ato normativo tido pelo Supremo Tribunal Federal como incompatível com a Constituição, em controle de constitucionalidade concentrado ou difuso, a lei dispensa a rescisória, podendo a inexigibilidade da obrigação ser arguida em simples impugnação ao cumprimento de sentença.

Todavia, para tanto, a decisão do Supremo Tribunal Federal tem que ter ocorrido antes do trânsito em julgado do aresto exequendo.

Nas hipóteses em que a decisão foi proferida após o trânsito em julgado, será cabível a ação rescisória e o prazo decadencial para o ajuizamento começará a fluir a partir do trânsito em julgado do julgamento proferido no Supremo Tribunal Federal.

⁴⁷ THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de Direito Processual Civil – Execução forçada, processo nos tribunais, recursos e direito intertemporal. Vol. III. 49ª ed. Rio de Janeiro: Forense. 2016. p.903.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho tinha como escopo a análise acerca do prazo decadencial da ação rescisória, com especial atenção ao seu termo inicial tanto na vigência do Código de Processo Civil de 1973, bem como com as alterações advindas da entrada em vigor da Lei 13.105/15 que introduziu o novo Código de Processo Civil de 2015.

De fato, logramos aqui demonstrar as divergências doutrinárias e, principalmente, jurisprudenciais acerca do termo inicial do prazo decadencial da ação rescisória.

Verificou-se as inovações trazidas pela atual legislação acerca do tema, que privilegiou o entendimento do Superior Tribunal de Justiça acerca deste termo, ao contemplar no artigo 975 que o prazo decadencial será contado do trânsito em julgado da última decisão do processo.

Restou demonstrado também a farta doutrina contrária ao referido entendimento, devidamente embasada em diversos conceitos e preceitos da legislação processual civil, bem como por meio de reais problemáticas que possam surgir do referido entendimento.

Foi esposada a divergência de entendimento do Supremo Tribunal Federal acerca do tema e da redação contida no artigo 975 que poderá ensejar invocação de inconstitucionalidade do referido artigo.

Por fim, mas não menos importante, foram analisadas as demais alterações acerca especificamente do prazo decadencial da ação rescisória com destaque às exceções previstas nos parágrafos inseridos no artigo 975 do novo Código de Processo Civil, bem como nos artigos 525, §15 e 535, §8º.

Resta agora acompanhar os desdobramentos acerca do tema na jurisprudência, especialmente no Supremo Tribunal Federal.

Deste modo, encerra-se o presente trabalho com a demonstração de que, embora contrário a grande parte da doutrina, houve a adoção do entendimento do Superior Tribunal de Justiça acerca do termo inicial do prazo decadencial da ação rescisória na redação do novo Código de Processo Civil. O que não afasta o

posicionamento já exarado pelo Supremo Tribunal Federal contrário ao posicionamento do Superior Tribunal de Justiça, o qual entende-se como o mais adequado frente ao conjunto de normas da legislação processual civil vigente.

A doutrina já caminha no sentido de interpretar o referido artigo de lei de modo a adequá-lo para a considerada melhor aplicação da legislação processual civil, como um conjunto de normas, visando melhor aplicação prática e teórica do prazo decadencial da ação rescisória.

BIBLIOGRAFIA

AMARAL SANTOS, Moacyr. Primeiras linhas de direito processual civil. 4ª ed. São Paulo: Max Limonad, v III, 1973.

BONÍCIO, Marcelo José Magalhães. Capítulos de sentença e efeitos dos recursos. São Paulo: RCS. 2006.

CÂMARA, Alexandre Freitas. Ação rescisória. 3ª ed. São Paulo: Atlas. 2014.

CARVALHO, Fabiano. Ação rescisória: decisões rescindíveis. São Paulo: Saraiva, 2010 (coleção Theotônio Negrão/ coordenação José Roberto F. Gouvêa).

DIDIER JÚNIOR, Fredie. Pressupostos processuais e condições da ação: o juízo de admissibilidade do processo. São Paulo: Saraiva, 2005.

DIDIER JÚNIOR, Fredie; CUNHA, Leonardo José Carneiro da. Curso de direito processual civil. 3ª ed. Salvador: Podium, 2007.

DINAMARCO, Cândido Rangel. Capítulos de sentença. São Paulo: Malheiros, 2002.

FERRAZ JR., Tércio Sampaio. Direito constitucional. Barueri: Manole, 2007.

MACEDO, Alexander dos Santos. *Da querela nullitatis*: sua subsistência no direito brasileiro. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1998.

MARQUES, José Frederico. Manual de direito processual civil. 9ª ed. São Paulo: Saraiva, 1987.

MARTINS, Pedro Batista. Recursos e processos da competência originária dos tribunais, Rio de Janeiro: Forense, 1957.

MEDINA, José Miguel Garcia. Novo Código de Processo Civil comentado. São Paulo: RT. 2015; p. 1.319-1.320.; BUENO, Cassio Scarpinella. Manual de direito processual civil. São Paulo: Saraiva. 2015.

MEDINA, José Miguel Garcia. Novo código de processo civil comentado: com remissões e notas comparativas ao CPC/1973. 4ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2016.

MIRANDA, Pontes de. Tratado da ação rescisória das sentenças e de outras decisões. 5ª ed. Rio de Janeiro: Forense. 1976.

MOREIRA, José Carlos Barbosa. Comentários ao Código de Processo Civil. 13ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006. p. 265

NERY JÚNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. Código de Processo Civil comentado. 13ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Manual de direito processual civil. Volume único. 8ª ed. Salvador: JusPodivm. 2016.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcante. Comentários ao Código de Processo Civil. Rio de Janeiro: Forense, 1974. t. 3.

TALAMINI, Eduardo. Coisa julgada e sua revisão. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2005. p. 192.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de Direito Processual Civil – Execução forçada, processo nos tribunais, recursos e direito intertemporal. Vol. III. 49ª ed. Rio de Janeiro: Forense. 2016.

TUCCI, José Rogério Cruz e; AZEVEDO, Luiz Carlos de. *Lições de história do processo civil romano*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1996.

VIDIGAL, Luís Eulálio de Bueno. *Comentários ao Código de Processo Civil*. São Paulo: RT, 1974. v. VI.

VIDIGAL, Luís Eulálio De Bueno. *Comentários ao Código de Processo Civil*. 2ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1976.

JURISPRUDÊNCIA

STJ – REsp 1.544/RJ, Relator Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira, redator do acórdão Ministro Athos Gusmão Carneiro, Órgão Julgador: 4ª Turma, publicado no Diário de Justiça em 29/04/1991;

STJ - REsp 783.516/PB, Relatora Ministra Eliana Calmon, Orgão Julgador: 2ª Turma, data do julgamento: 19/06/2007, publicado no Diário de Justiça em 29/06/2007.

STJ – REsp 386.410/RS, relator Ministro Felix Fischer, Órgão Julgador: 5ª Turma, publicado no Diário de Justiça em 14/06/2004;

STJ - EDcl no AgRg no REsp 1184763/MG, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Órgão Julgador: 3ª Turma, publicado no Diário de Justiça em 22/05/2014.

TJRS, AR 70013344726, Rel. Des. Roque Joaquim Volkweiss, j. em 13.12.2006.

STJ – REsp 1.600.535/RS, relatora Ministra Nancy Andrighi, Órgão Julgador: 3ª Turma, publicado no Diário de Justiça em 19/12/2016.

STJ – REsp 281.393/RS, relator Ministro Jorge Scartezzini, Órgão Julgador: 4ª Turma, publicado no Diário de Justiça em 01/08/2006.

STF. RE 444.816/RS, Relator Ministro Marco Aurélio, Órgão Julgador: 1ª Turma, publicado no Diário de Justiça em 27/08/2012.

STJ – REsp 736.650/MT, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Órgão Julgador: Corte Especial, publicado no Diário de Justiça em 01/09/2014.

STF – RE 666.589/DF, relator Ministro Marco Aurélio, Órgão Julgador: Primeira Turma, publicado no Diário de Justiça em 03/06/2014.

STJ. REsp 747.185/RS, Relatora Ministra Laurita Vaz, Órgão Julgador: 5ª Turma, publicado no Diário de Justiça em 03/10/2005.

STJ – REsp 1.186.694/DF, relator Ministro Luiz Fux, Órgão Julgador: 1ª Turma, publicado no Diário de Justiça em 17/08/2010.

SITE – http://www.stj.jus.br/docs_internet/SumulasSTJ.pdf – consultado em 26 de março de 2017.